



1 **Ata da 401ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente -**
2 **CONSEMA, realizada no dia 28 de julho de 2021.**

3
4 Realizou-se no dia 28 de julho de 2021, às 09h00, por meio virtual, através de videoconferência, a
5 401ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente transmitida do
6 Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA, na Av. Prof. Frederico
7 Hermann Jr., 345. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Marcos Penido**, Secretário de
8 Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Eduardo Trani**, Subsecretário de
9 Meio Ambiente e suplente do Presidente do CONSEMA, **Cassiano Quevedo Rosas de Ávila**,
10 Subsecretário de Infraestrutura, **Adriana Tedesco Telerman (SDE)**, **Ana Lucia Santana Seabra**
11 (**SIMA/CPP**), **Andréa Cristina de Oliveira Struchel (Anamma/SP)**, **Anícia Aparecida**
12 **Baptistello Pio (FIESP)**, **Anna Carolina Seni Peito Macedo Casagrande (PGE)**, **Antonio**
13 **Fernando Gimenez (SLT)**, **Bruno Rocha Nagli (SDE)**, **Cap PM Guilherme D`Artagnan de**
14 **Carvalho e Silva Bopprè (SSP/CPAmb)**, **Claudio Bedran (Planeta Verde)**, **Claudio Scalli**
15 (**Anamma/SP**), **Cristiane Maria Tranquillini Rezende (SES)**, **Cristina Maria do Amaral**
16 **Azevedo (SIMA/CPLA)**, **Djalma Domingos Weffort de Oliveira (APOENA)**, **Fernando**
17 **Gallardo Vieira Prioste (Socio Ambiental)**, **Gil Kuchembuck Scatena (SIMA/SMA)**, **Gilda**
18 **Helena Leoncio Nunes (Ilhabela Sustentável)**, **Gustavo de Castro Olivieira (Faesp)**, **Ibrahim**
19 **Tauil (Concidadiana)**, **Jeferson da Rocha Oliveira (IEPA)**, **João Thiago Wohrnath Mele**
20 (**SIMA/CFB**), **José Carlos Mierzwa (USP)**, **Juan Tarsis Gimenes de Almeida (SLT)**, **Juliana**
21 **Augusto Cardoso (SAA/SP)**, **Lucila Manzatti (SIMA/FF)**, **Luiz Eduardo de Oliveira Camargo**
22 (**SH**), **Marco Antonio de Oliveira (Faesp)**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel (SAA/SP)**,
23 **Maria Fernanda Carbonelli Muniz (Conservação Costeira)**, **Martha Martins de Moraes (Vale**
24 **do Aracatu)**, **Mauricio da Cruz Forlani (Ampara Animal)**, **Mirtes Maria Luciani (CAU/SP)**,
25 **Plínio Back Silva (PGE)**, **Rachel Marmo Azzari Domenicheli (SIMA/CEA)**, **Roberto Ulysses**
26 **Resende (Iniciativa Verde)**, **Sandra Jules Gomes da Silva (SIMA/CPLA)**, **Sandra Mara Pretini**
27 **Medaglia (OAB/SP)**, **Sandra Maria Carmelo Guerreiro (UNICAMP)**, **Sergio Luis Marçon**
28 (**SIMA/CFB**), **Syllis Flavia Paes Bezerra (Ecophalt)**, **Tatiana Barreto Serra (MP/SP)**, **Valeria**
29 **Quaglio (341 Sustentabilidade)**, **Valéria Rossi Domingos (SCEC)**, **Violeta Saldanha Kubrusly**
30 (**CAU/SP**), **Viviane Moschini Carlos (UNESP)**, **Waleska Del Pietro Storani (CREA/SP)**,
31 **Wanderley da Silva Paganini (ABES/SP)**. **Constavam do Expediente Preliminar:** 1) Assinatura
32 do Edital de chamamento público visando à celebração de acordos de cooperação técnica com
33 municípios paulistas para gestão do Cadastro Ambiental Estadual; 2) Aprovação das atas das 399ª e
34 400ª Reuniões Plenárias Ordinárias e da 100ª Reunião Plenária Extraordinária; 3) Comunicações da
35 Presidência e da Secretaria-Executiva; 4) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia.
Constavam da Ordem do Dia: 1) Apresentação do Plano de Ação Climática Net Zero 2050. 2)
37 Discussão sobre a Criação de abelhas-nativas-sem-ferrão no Estado de São Paulo: conservação e
38 procedimentos autorizativos. 3) Apresentação do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata
39 Atlântica 2019-2020, pela Fundação SOS Mata Atlântica. O Secretário-Executivo do CONSEMA
40 **Anselmo Guimarães** declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião ocorria por meio
41 virtual, através de videoconferência, em virtude das recomendações e cuidados frente ao controle e
42 combate à pandemia do Covid-19, consonante às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo.
43 Lembrou que a transmissão ao vivo da reunião pode ser acessada nas páginas “ambientesp”, no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

44 YouTube, e “*infraeambiente*”, no Facebook. O Secretário-Executivo registrou a presença física na
45 reunião, em caráter excepcional, do conselheiro Cláudio Scalli, Presidente Estadual da Anamma, em
46 virtude do evento previsto para o Expediente Preliminar, e agradeceu pela participação virtual dos
47 representantes e interlocutores do Programa Município VerdeAzul. Em seguida, após inversão dos
48 itens previstos na inicial por solicitação da Presidência, passou-se à aprovação das atas das 399^a e
49 400^a Reuniões Ordinárias e da 100^a Reunião Extraordinária do Plenário, que, dispensadas de suas
50 leituras, foram aprovadas pela Presidência nos termos regimentais. Passou-se às Comunicações da
51 Presidência e da Secretaria-Executiva. O Presidente em exercício **Eduardo Trani** comunicou os
52 principais eventos ocorridos no último mês, sendo eles: (i) a assinatura, em 20 de julho, do decreto
53 que marca a adesão oficial do Estado de São Paulo às campanhas *Race to Zero* e *Race to Resilience*,
54 das Nações Unidas e estabelece que o Estado tenha um Plano de Ação Climática com a meta de zerar
55 as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050, a ser mais adiante apresentado na Ordem do
56 Dia. A solenidade virtual, transmitida do Palácio dos Bandeirantes, teve o apoio irrestrito do
57 embaixador do Reino Unido no Brasil, Peter Wilson e massivo de ambientalistas, representantes de
58 organizações internacionais. Esse evento preparatório para o encontro do clima, que ocorrerá em
59 novembro, em Glasgow, também contou com as presenças dos ex-Secretários de Meio Ambiente, o
60 Prof. José Goldenberg e o ex-deputado Fábio Feldman, primeiro coordenador do Fórum de
61 Mudanças Climáticas, e precursor da PEMC - Política Estadual de Mudanças Climáticas; (ii)
62 Destacou que os resultados da Operação Corta-Fogo 2021 superaram os alcançados no ano anterior,
63 muito em razão da atuação do grupo que o coordena, do qual integram técnicos da CFB, Fundação
64 Florestal e brigadistas das unidades de conservação, além da Polícia Ambiental e do Corpo de
65 Bombeiros. Da mesma forma, muito desse sucesso deveu-se as importantes parcerias promovidas
66 junto às prefeituras e com o setor privado; (iii) Em relação às recentes ações de restauração ecológica,
67 informou sobre o evento *on-line* preparatório à nova Chamada de Propostas Fapesp no âmbito do
68 Projeto Conexão Mata Atlântica, oportunidade na qual foram apresentados os trabalhos que a SIMA
69 desenvolve em parceria com proprietários privados, no Vale do Paraíba. De igual modo, destacou o
70 recente lançamento de editais para a contratação de assistência técnica para o Projeto Conexão Mata
71 Atlântica; (iv) o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos da SIMA celebrou o 16º protocolo de
72 intenções por meio do qual será oferecido apoio técnico para o desenvolvimento de ações de gestão
73 e gerenciamento de resíduos sólidos a oito municípios, com foco na indústria têxtil no centro do
74 Estado. Informou sobre a concretização de uma demanda antiga de consolidação de cooperação
75 técnico-científica com ênfase em gerenciamento de resíduos entre o grupo de logística reversa da
76 Cetesb com a Unesp; (vi) No campo da Infraestrutura, mencionou a destinação de 120 milhões de
77 reais pelo Governo do Estado de SP, por meio do DAEE, para a construção de dois reservatórios de
78 águas pluviais em Franco da Rocha e, no âmbito do Programa Vale do Futuro, a abertura de licitação
79 para a retomada das obras da Barragem do Valo Grande, no Vale do Ribeira; e (vii) O Governo do
80 Estado entregou equipamentos e viaturas para a Polícia Militar Ambiental e anunciou R\$ 15 milhões
81 em investimentos para a habitação, em São José do Rio Preto. A seguir, o **Secretário-Executivo**
82 anunciou a recente nomeação, por Decreto de 23-07-2021, da conselheira Maria Cristina de Oliveira
83 Lima Murgel e do conselheiro Ariel Antônio Mendes, para representarem a Secretaria de Agricultura
84 e Abastecimento, respectivamente como titular e suplente, em complementação aos mandatos de
85 Juliana Augusto Cardoso e Júlio César Thoaldo Romero. Após os novos conselheiros terem sido
86 declarados **empossados** pelo Presidente em exercício **Eduardo Trani**, a conselheira **Cristina**



Murgel externou sua satisfação por retornar ao Conselho. O **Secretário-Executivo** registrou o sentimento generalizado de pesar pelo recente falecimento do ex-conselheiro Antônio César Simão, representante da Associação Paulista de Municípios por diversos mandatos. Evidenciou, com referência e agradecimento, a presença na Plenária da esposa Deise Maria Raduan Simão, a quem transmitiu as condolências do Presidente, Marcos Penido e da Secretaria-Executiva do CONSEMA. O Presidente em exercício **Eduardo Trani** declarou tratar-se de momento de absoluta emoção, em especial, para àqueles que, há anos, oportunamente presenciaram a marcante e inestimável representação de Antônio César Simão. Afirmou ter sido, Simão, um homem guerreiro que muito contribuiu com sua visão crítica e invariavelmente propositiva sobre muitas políticas. Em nome dos muitos que testemunharam o afinco e amor dedicados pelo ex-conselheiro à construção da política ambiental, **Eduardo Trani** dirigiu caloroso cumprimento à esposa e familiares e, em seguida, submeteu ao colegiado a proposta de moção de reconhecimento e gratidão ao ex-conselheiro, que foi aprovada com a seguinte redação: “*Moção CONSEMA 03/2021. De 28 de julho de 2021. 401ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. “Moção de reconhecimento e gratidão ao ex-conselheiro Antônio César Simão.”*” O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, acolhendo proposta da sua Presidência; Artigo único: Aprova a presente Moção de Reconhecimento e Gratidão ao ex-Conselheiro Antônio César Simão, que representou a Associação Paulista de Municípios - APM com assídua presença, por inúmeros mandatos neste Conselho, pela louvável dedicação na interlocução das demandas municipais em contribuição à defesa do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.” Deise Maria Raduan Simão encaminhou, por escrito, a seguinte nota de agradecimento: “*Nossos agradecimentos a todos. O Simão era um homem de ideias, era um construtor de pontes, pontes entre pessoas principalmente. Tinha um orgulho enorme de fazer parte desse Conselho e dos amigos que amealhou durante anos de atuação.*” Encerrou-se a homenagem com a projeção de fotos em lembrança da atuação de Antônio César Simão no CONSEMA. Passou-se aos Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. A conselheira **Violeta Kubrusly** efetuou a leitura de nota emitida pelo CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo, o qual é representante. Segue a nota transcrita: “*O Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/SP não poderia deixar de registrar que recebeu com entusiasmo o ‘Plano de Ação Climática Net Zero 2050’, o qual será objeto da pauta desta sessão do CONSEMA. Não obstante a esta boa nova, o Conselho recebeu mensagens de Arquitetos e Urbanistas, da cidade de São José dos Campos, preocupados com o projeto, em tramitação, de alteração da Lei Municipal local, a qual flexibiliza as restrições de Licenciamento Ambiental para a construção de termelétricas. O CAU/SP entende que o Planejamento Energético deva estar alinhado à política energética estadual, como o Plano de Ação Climática Net Zero 2050. Observa que em muitos países essa tecnologia já foi substituída, na medida em que é geradora de gases de efeito estufa*”. A conselheira colocou as comissões temáticas do CAU, especialmente a CT de Política Urbana, Ambiental e Territorial, à disposição para esclarecer questões afetas ao licenciamento e a disseminação de outras questões relevantes sobre o tema. Por derradeiro, reforçou o entendimento dos Arquitetos Urbanistas de que, soluções mais duradoras e resilientes às mudanças climáticas, podem e devem ser incentivadas, tais quais, as de fontes de energia limpas: solar e a eólica. O conselheiro **Jeferson Rocha** manifestou-se satisfeito por retornar a esse Conselho e lamentou, a perda do seu companheiro Simão. Ato contínuo, passou à leitura de denúncia que recebeu sobre uma área de mineração localizada na Estrada Municipal do Bairro Várzea Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

130 Lagoa Branca, no Município de Sarapuí, em São Paulo, onde narrou a ocorrência de extração
131 irregular de poligonal, sem a devida licença de operação da Cetesb, bacia de rejeitos operando acima
132 da capacidade; transporte rodoviário com excesso de cargas, e a usurpação do erário público por
133 atividade não regularizada pela Agência Nacional de Mineração. Em levantamento prévio, o
134 conselheiro verificou que a Cetesb teria emitido pareceres desfavoráveis em 04 e 05/05/2021 e, após
135 ofertar detalhes sobre a conduta improba do arrendatário da área, externou seu propósito de enviar o
136 detalhamento do caso à Cetesb. Na sequência, reiterou o pedido de vista de recurso administrativo
137 sobre um TCRA, protocolado na Agência de Mogi das Cruzes, em outubro de 2020. Quanto à
138 questão posta pela conselheira Violeta, informou que, até então, o Conselho Municipal do Meio
139 Ambiente de São José dos Campos não deliberou sobre a possível alteração da Lei Orgânica do
140 Município e adiantou que o assunto será analisado em grupo de trabalho específico. O conselheiro
141 **Sérgio Marçon** informou que a Operação Corta-Fogo se encontra em sua fase vermelha,
142 correspondente ao período crítico de estiagem - junho a outubro – com maior número de focos de
143 incêndio, motivo pelo qual todas as organizações participantes do Estado, municípios e iniciativa
144 privada se colocam em alerta máximo. Relembrou que nesta fase as ações de combate ao fogo e de
145 fiscalização repressiva são priorizadas e as estratégias de comunicação e campanhas preventivas
146 ganham reforço. Comparando-se os dados obtidos até então, ao mesmo período de 2020, constatou-
147 se 50% a menos de focos de incêndio, especialmente em áreas protegidas. Explicou que os resultados
148 positivos muito se devem a confecção e manutenção de aceiros e aos treinamentos e capacitações
149 ministradas feitos pela FF e a Defesa Civil, mesmo durante a pandemia. Solicitou o apoio dos
150 conselheiros para divulgar as mensagens sobre prevenção de incêndios, e informou que os dados
151 catalogados e demais informações encontram-se disponibilizadas na página da Operação Corta-
152 Fogo, do site da SIMA. Em relação à OIDA - Operação Integrada Defesa das Águas informou que,
153 desde a Plenária anterior, sob o comando do conselheiro Coronel Motooka foram realizadas pela
154 Polícia Militar Ambiental diversas ações integradas de fiscalização e desfazimento de construções
155 irregulares, em com a participação de equipes das prefeituras, em várias regiões das sub-bacias do
156 Alto Tietê, Mairiporã, Cotia e Itapecerica. Relatou que em breve será apresentado o primeiro boletim
157 com objetivo pedagógico-informativo, voltado à população das regiões de mananciais, agentes
158 públicos, conselheiros e demais interessados. O conselheiro **Claudio Bedran** requereu da Cetesb e
159 órgãos afetos à fiscalização que verifiquem a extração e transporte irregulares de areia no Rio Mogi,
160 grande parte no período noturno e ofertou, como exemplo, a situação crítica e impactante dessas
161 atividades existentes à altura de Guatapará. Solicitou também que seja verificada e solucionada a
162 emissão de odores advindos das lagoas sanitárias localizadas à beira de rodovia, em Monte Alto,
163 Jaboticabal. Por derradeiro, informou sobre as providências, em andamento, para cuidar do
164 reflorestamento da Serra do Jaboticabal, em parceria com as usinas locais, dentre as quais, citou a
165 Raízen, em Santa Adélia. **Eduardo Trani** agradeceu às contribuições dos conselheiros e, referindo-
166 se aos temas levantados pela conselheira Violeta Kubrusly e Mirtes Luciani, reforçou o impacto
167 desempenhado pelas legislações municipais nas políticas climáticas e a necessária integração entre
168 os níveis federal, estadual e municipal. Nesse sentido, evidenciou e parabenizou o importante fluxo
169 de informações promovidas entre os conselheiros Jeferson e Violeta, resultando na tão almejada
170 sintonia entre as diferentes esferas. Solicitou ao conselheiro Jefferson e ao conselheiro Bedran que
171 encaminhem as questões apontadas, por escrito, à Secretaria-executiva do CONSEMA, para serem
172 direcionadas aos conselheiros Domênico e Sérgio Marçon representantes da Cetesb e da CFB/SIMA.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

173 Na sequência, solicitou ao representante da Cetesb, informações sobre demais demandas específicas.
174 O conselheiro **Domênico Tremaroli**, em resposta aos conselheiros Jeferson e Cláudio Bedran
175 informou que acabara de redirecionar as demandas dos conselheiros para a Diretoria de Controle,
176 mas ressaltou que denúncias e reclamações podem ser dirigidas diretamente às 46 agências da Cetesb
177 existentes no território paulista, mais especificamente à responsável pelo atendimento da área,
178 atividade ou empreendimento em questão. O **Cap. Guilherme**, conselheiro suplente do Cel.
179 Motoooka, em breve resumo das recentes ações da OIDA destacou que o comandante da Polícia
180 Ambiental tem se empenhado para entender a dinâmica das ações e de integração entre os órgãos
181 participantes, razão pela qual é possível constituir operações de grande envergadura, com resultados
182 bastante satisfatórias, com repercussão na mídia; informou sobre a criação do 5º Batalhão de Polícia
183 Militar Ambiental para atuar nas regiões de Sorocaba, Piracicaba e Campinas o que possibilitará ao
184 Ten. Cel. Rodrigo, comandante do 1º Batalhão, centrar ações na Região Metropolitana da Grande
185 São Paulo, elevando a exequibilidade da OIDA e dos GFIs. Agradeceu o apoio e o engajamento dos
186 atores municipais das subprefeituras, do Secretário da SIMA, Marcos Penido, do Subsecretário de
187 Meio Ambiente Eduardo Trani, Cetesb, ENEL e do Prefeito Ricardo Nunes; informou que o plano
188 de ação com o detalhamento dos papéis dos atores participantes das ações de desfazimento, está
189 sendo finalizado pelo grupo executivo da OIDA; defendeu que a atuação do Ministério Público e o
190 suporte jurídico são fundamentais para garantir a efetividade dos trabalhos em campo, a exemplo da
191 Operação Huracán, e evidenciou os resultados positivos da atuação preventiva da Polícia Ambiental
192 no sentido de orientar os produtores rurais quanto aos focos de incêndio, reduzindo a incidência dos
193 mesmos e contribuindo com o equilíbrio do clima. Por derradeiro, focou o importante papel do
194 exercício do Poder de Polícia frente ao progresso da ocupação irregular, aliada às medidas de
195 restauração ecológica municipal. Nesse momento assumiu a Presidência o Secretário de
196 Infraestrutura e Meio Ambiente **Marcos Penido**, prosseguindo-se o Expediente Preliminar, com a
197 abertura da cerimônia para a **Assinatura do Edital de chamamento público visando à celebração**
198 **de acordos de cooperação técnica com municípios paulistas para consecução de atividades de**
199 **gestão do Cadastro Ambiental Estadual**. O Coordenador de Administração, Contratos e
200 Convênios (CACC) **Fábio Aguilera Mendes**, da SIMA, ofertou breve apresentação do chamamento
201 público para celebração de acordos de cooperação técnica com os municípios para gestão integrada
202 do cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos
203 ambientais (Cadastro Ambiental Estadual) integrado ao Cadastro Municipal. Esclareceu que a
204 proposta encontra fundamento no artigo 4º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de
205 dezembro de 2011, c.c. o disposto no artigo 11 da Lei estadual nº 14.626, de 29 de novembro de
206 2011. Apresentou os principais objetivos do acordo, sendo eles: (i) Estabelecer fundamental
207 harmonia entre os cadastros técnicos de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos
208 ambientais (federal – arts. 17 e seguintes da Lei federal nº 6.938/1981; estadual – Lei
209 estadual nº 14.626/2011 e municipal); (ii) Materializar, por completo e de forma inteligente, com
210 gestão pública eficiente, o importante instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente fixado
211 pelo artigo 9º, inciso XII, da Lei federal nº 6.938/1981; (iii) Manter a simetria e a unidade
212 imprescindíveis para o eficaz funcionamento do SISNAMA e; (iv) Garantir a efetiva proteção do
213 meio ambiente ecologicamente equilibrado. Apresentou as metas deste acordo de cooperação técnica
214 como sendo: a gestão integrada dos cadastros; unificação de procedimentos; facilitação de acesso
215 aos usuários; intercâmbio e gestão de informações; desburocratização de serviços ao cidadão e;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

recolhimento unificado das taxas e o cadastro técnico municipal. Declarou que o chamamento público é um meio de dar transparência e publicidade às iniciativas do Estado e, por intermédio desse instrumento, a SIMA pretende, em curto prazo, celebrar esses acordos e lembrou que o edital traz as regras de participação e de minutas padrão de plano de trabalho e de acordo de cooperação técnica, ambas padronizadas e aprovada pelo órgão jurídico da pasta. O Presidente Estadual da Anamma, conselheiro **Cláudio Scalli**, agradeceu aos secretários da SIMA Marcos Penido e Eduardo Trani pela proatividade frente as questões ambientais e os esforços dedicados, há anos, para implementar o repasse da TCFA para os municípios paulistas, motivos pelos quais, merecem ser homenageados. Da mesma forma, evidenciou o excelente trabalho do coordenador da CACC, Fábio Aguilera Mendes, pelo valioso apoio à Anamma e agradeceu a participação dos interlocutores do Programa Município VerdeAzul, da Diretora de Meio Ambiente Andreia Struchel, e do Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas, Rogério Menezes. Festejou esse importante momento histórico, no qual o estado de São Paulo dá mais um passo rumo à consolidação do sistema de meio ambiente. O Presidente do CONSEMA **Marcos Penido** afirmou que o Governo do Estado de São Paulo, ao efetivar este projeto promoveu a justiça tributária e social considerando que as políticas públicas funcionam efetivamente a partir da somatória de ações realizadas pelos municípios, e que cuidar do meio ambiente é cuidar do cidadão. Evidenciou a competente gestão administrativa conduzida pelo coordenador Fábio Aguilera, refletida em evoluções contínuas na SIMA. Ato contínuo, assinou a autorização para a publicação do chamamento público, que foi elaborado em parceria com a Anamma - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente. Passou-se ao primeiro item da Ordem do Dia, a **“Apresentação do Plano de Ação Climática Net Zero 2050”**. **Oswaldo Lucon**, Coordenador Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Assessor da SIMA informou que, no mês de julho, o Governo do Estado de São Paulo aderiu às campanhas da ONU “Race to Zero” e “Race to Resilience”, como primeiro estado brasileiro a assumir o compromisso por meio de decreto governamental. Explicou que as ações pretendem engajar governos e vários setores da sociedade civil para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. Com auxílio da projeção de *slides* apresentou e contextualizou os cenários preditivos para emissões antropogênicas globais de gases de efeito estufa no período de 2010 a 2100. Na sequência versou sobre a abertura de consulta pública, até 30 de setembro, do documento: “Diretrizes e Ações Estratégicas – Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo- Net Zero 2050. Versão Preliminar para Consulta Pública, julho de 2021”. Informou que o Plano se encontra alicerçado nas diretrizes das políticas *Race to Zero* e *Race to Resilience* (Decreto 65.881 de 20.07.2021); da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC (Lei Estadual nº 13.798 de 09.11.2009) e respectivo Regulamento (Decreto 55.947 de 24.06.2010, em revisão); da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei Federal nº 12.187 de 29.12.2009) e a NDC do Brasil, no âmbito do Acordo de Paris e das Convenções do Clima. Na sequência ofertou o resumo da estrutura do Plano, que encontra-se dividido em cinco eixos, sendo eles: (1) Eletrificação Acelerada; (2) Combustíveis Avançados; (3) Eficiência Sistêmica; (4) Resiliência e Soluções baseadas na Natureza; e (5) Finanças Verdes e Inovação. Discorreu sobre os objetivos, passos para desenvolver e avaliar a trajetória de descarbonização e respectivas metas 2022-2050, que abrangem todos os setores da economia. Com auxílio da projeção de tabela, apresentou os resultados esperados, com ajustes intra e intersetorial. O Subsecretário de Meio Ambiente **Eduardo Trani** assinalou que aquela era a primeira apresentação pública daquilo que foi



decidido pelo Decreto Governamental e, na sequência ofertou o detalhamento geral do Plano e sua contextualização frente às campanhas da Convenção Quadro do Clima da ONU (UNFCCC), *Race to Zero* e *Race to Resilience*; além da Agenda de Recuperação Verde da Economia (competitividade, inovação, empregos qualificados, resiliência e proteção ambiental), além de incentivar uma nova economia verde, inclusiva, geradora de empregos e duradoura pós Covid. Da mesma maneira, destacou que as medidas de mitigação estão atreladas aos objetivos do Acordo de Paris sendo que, além da neutralidade climática até 2050, o plano visa garantir níveis satisfatórios de adaptação e resiliência, tanto nas ações sociais e de infraestrutura quanto com relação aos ecossistemas e sua interface com o sistema climático global. Em seguida, discorreu sobre as linhas de ação para as agendas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas para os eixos correspondentes, destacando que será ainda desenvolvido um plano específico para adaptação climática. Passou-se à discussão, da qual participaram os conselheiros **Cláudio Scalli, Ibrahim Tauil, Cris Murgel, Gilda Nunes, Gustavo de Castro, Cláudio Bedran, Jeferson Rocha e Gil Scatena**. Durante as manifestações foram abordadas as linhas de contribuição dos municípios para a discussão do plano, cadastro ambiental urbano e criação de planos diretores de arborização municipais; tecnologias de tratamento de resíduos; internalização do tema no agronegócio e demais setores econômicos; a importância do reflorestamento das reservas legais para o sequestro de carbono; impactos ambientais com relação à obtenção de matérias-primas para a produção de equipamentos de energia fotovoltaica; bem como a necessidade de se amplificar o debate sobre o tema, e o papel do CONSEMA na discussão do Plano de Ação Climática 2050. Concluída a discussão, foi submetida a votação a proposta de encaminhamento de tarefa a Comissão Temática de Políticas Públicas, **aprovada** nos seguintes termos: ***“Deliberação CONSEMA nº 10/2021. De 28 de julho de 2021. 401ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Atribui tarefa à Comissão Temática de Políticas Públicas. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Atribui à Comissão Temática de Políticas Públicas a tarefa de propor contribuições ao documento ‘Diretrizes e Ações Estratégicas do Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo (Net Zero 2050)’, e acompanhar, a seguir, a formulação da versão final do Plano.”*** Passou-se ao próximo item de pauta, a **Discussão sobre a criação de abelhas-nativas-sem-ferrão no Estado de São Paulo: conservação e procedimentos autorizativos**. O Coordenador de Fiscalização e de Biodiversidade (CFB) da SIMA, conselheiro **Sérgio Marçon**, informou tratar-se de trabalho desenvolvido no último ano, no qual foi estabelecida regulamentação para a criação de abelhas-nativas-sem-ferrão no Estado, em cumprimento ao disposto em resolução específica do CONAMA. Adiantou que se encontra prestes a ser finalizado o primeiro ciclo de cadastramento voluntário e autodeclaratório de criadores de abelhas-nativas-sem-ferrão, e requisitou à Diretora do CMFS-ES do Departamento de Fauna da CFB/SIMA, **Dione Meger**, a quem passou o uso da palavra, ofertasse o detalhamento do processo. A diretora informou que, em fevereiro deste ano, foi publicada a Resolução SIMA nº 11/2021 que trata da regularização da criação de abelhas-nativas-sem-ferrão no Estado de São Paulo, trazendo mais segurança ao meliponicultor. Esclareceu as atribuições legais da SIMA em relação às abelhas-nativas-sem-ferrão no Estado, e após lecionar sobre a divisão de fauna conforme as Portarias Ibama nº 93/1998 e nº 2489/2019, apresentou argumentos legais pelos quais as atribuições legais da SIMA não podem estar desatreladas das atribuições de uso e manejo da fauna silvestre e fauna exótica (Lei Federal nº 9.605/98, Resolução CONAMA nº 346/2004, Lei Complementar nº 140/2011, Resolução CONAMA nº 496/2020).



Apresentou os principais conceitos que embasaram a elaboração da Resolução SIMA nº 11/2021 e constam de resoluções estaduais de fauna. Discorreu sobre as atividades com ANSF e detalhou quais são as autorizações necessárias considerando também as situações de novos meliponários (sem colônia) e meliponários existentes (com colônias regulares). Detalhou os quatro principais passos do processo autorizativo para meliponário e elencou as principais novidades contidas na Resolução SIMA nº 11/2021, sendo elas: (i) Obrigatoriedade para todos os meliponicultores; (ii) Processo autorizativo simplificado, autodeclaratório e automático, com autorização por 10 anos (procedimento único e simplificado para obtenção de AM); (iii) Autorização de amplo espectro que permite realizar diversas atividades: para fins de atividades socioculturais ou exposição voltada à educação ambiental, de comercialização de produtos ou subprodutos e serviços de polinização, de atividade de ensino, de pesquisa científica e de conservação; (iv) Prazo para regularização de todos os meliponicultores que hoje encontram-se com colônias sem origem; (v) Possibilidades de manter colônias e vender produtos de espécies alóctones por 36 meses, renovado por igual período (até que sejam feitos estudos comprovando que não há perigo para espécies autóctones) e; (vi) Acompanhamento de plantel e transferência de colônias (autodeclaratórios). Apresentou algumas das demais atribuições da Defau, dentre as quais: dar suporte aos interessados para que possam se regularizar, capacitar o público interno para dar suporte, comunicar o público-alvo, ajustar o Sistema para receber os cadastros e tornar mais acessível à categoria, regulamentar e propor melhorias e ajustes na resolução e lista de espécies. Após informar que no Estado, até aquele momento, 444 meliponários possuíam autorização válida por 10 anos, anunciou sobre a prorrogação, em 180 dias, do prazo para o cadastramento e regularização dos plantéis pré-existentes. Destacou que os interessados em obter autorização na categoria de fauna silvestre “Meliponário”, podem acessar o Sigam - Sistema Integrado de Gestão Ambiental, no ícone Gefau - ou entrar em contato com a DeFau/SIMA, no endereço: cfb.fauna.cativa@sp.gov.br. Passou-se à discussão. Em resposta aos conselheiros **Maurício Forlani** e **Ibrahim Tauil** a diretora **Dione Meger** informou que o cadastramento possibilitará o entendimento de possíveis impactos na criação de espécies nativas e de reduzir as preocupações de se trabalhar com as espécies alóctones, e que o processo de comunicação e de educação ambiental são fundamentais, sendo a divulgação da Resolução de suma importância. Passou-se ao último item da pauta, a apresentação do **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 2019-2020**, pela Fundação SOS Mata Atlântica. **Luis Fernando Guedes Pinto** iniciou a apresentação ofertando a metodologia empregada para o mapeamento das áreas do bioma presentes nos 17 estados abrangidos pelo mapa da Lei da Mata Atlântica. Com auxílio da projeção de mapas e fotografias aéreas identificou a área total de desflorestamentos e ofertou áreas e as porcentagens de redução, no período considerado. Ofertou exemplos comparativos do antes e depois de situações de desmatamentos evidenciados nos municípios de São Paulo, Pirabora de Bom Jesus, Itapecerica da Serra e Cajati. **Malu Ribeiro**, Diretora da SOS Mata Atlântica, evidenciou as ações e o apoio e parceria do Governo do Estado de São Paulo nas ações de restauração da Mata Atlântica e ecossistemas em geral. Informou sobre a reunião ocorrida na Semana da Mata Atlântica, da qual participaram secretários de 17 Estados e discorreu sobre o papel estratégico do CONSEMA. Passou-se à etapa da discussão. O Subsecretário **Eduardo Trani** reiterou que a SOS Mata Atlântica há muito colabora com a política de restauração e de fiscalização difundidas no estado de São Paulo e engrandece discussões e trabalhos desenvolvidos pelos conselheiros. Informou sobre as recentes ações de proteção e conservação da biodiversidade, sobre a atualização do banco de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dados de Termos de Vistoria Ambiental, a intenção do Governo do Estado em trabalhar por bacias hidrográficas, a criação de instrumentos regulatórios, como o plano de manejo da APA sistema Cantareira, refutando qualquer existência de leniência na aplicação da Lei da Mata Atlântica pela gestão estadual. Verificou que o desmatamento apontado de 219 hectares no Estado de São Paulo, é um montante ínfimo em relação ao percentual de áreas preservadas de Mata Atlântica no território, e que o esforço permanece não apenas pelo desmatamento zero, muito próximo, mas também pela recuperação crescente, relembrado a todos que o Inventário Florestal, publicado em 2020, mostrou o balanço global da vegetação nativa no Estado de São Paulo nos últimos 10 anos um aumento de 4,9%, considerando os biomas Cerrado e Mata Atlântica. O conselheiro **Sérgio Marçon** evidenciou a confiabilidade dos resultados apresentados no Atlas da SOS Mata Atlântica e a importância da divulgação ampla dos mesmos. Informou que dos 219 ha de área apontada como supressão, apenas 44 ha não haviam ainda passado pelo controle do Estado, sendo que de alguma forma, já foram, a partir de então, checadas, fiscalizadas, autuadas, cujos processos se encaminham rumo à conciliação ambiental e recuperação da vegetação nativa anteriormente existente. Informou os percentuais significativos das áreas licenciadas e fiscalizadas, incluindo o desfazimento de loteamentos irregulares na Represa Billings, ação promovida pela Polícia Ambiental, com apoio da Prefeitura de São Paulo. Destacou o incremento dos esforços direcionados a Operação Integrada Defesa das Águas e aos Grupos de Fiscalização Integrada, atuantes na Região Metropolitana. O conselheiro **Djalma Weffort** evidenciou a evolução dos instrumentos de monitoramento e ressaltou os impactos negativos provenientes de incêndios florestais, notadamente na saúde de crianças, idosos e pessoas hospitalizadas. O conselheiro **Ibrahim Tauil** reforçou a proposta de criação de um Plano Diretor de Arborização Urbana, notadamente para os muitos municípios inseridos em área de Mata Atlântica e, questionou sobre a possibilidade de efetivação da proposta. Em resposta aos conselheiros, os representantes da SOS Mata Atlântica **Luis Fernando** e **Malu Ribeiro** esclareceram aspectos da metodologia de elaboração do Atlas; reforçaram o papel da gestão municipal, dos conselhos e da sociedade civil na proteção e recuperação ambiental, sendo que a SOS Mata Atlântica atua no fortalecimento dos instrumentos de gestão e apoio às organizações da sociedade civil, de forma que possam agir diante das realidades locais; e aventou-se ainda a possibilidade de lançar uma campanha de conscientização e proteção de inunidade ao corte de árvores urbanas isoladas, notadamente remanescentes da Mata Atlântica, a espelho da realizada pela SOS, em 2012. O Presidente em exercício **Eduardo Trani** agradeceu a todos pela presença e por todos os esclarecimentos e contribuições. Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, **Anselmo Guimarães**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.